

Comunicado do Copom acende alerta para risco de pausa à frente, dizem economistas

Banco Central corta juros em 0,25 p.p., mas sinaliza desafios com cenário geopolítico; especialistas divergem sobre continuidade do ciclo de quedas e risco de pausa

Élida Oliveira

29/04/2026 20h39 • Atualizado 17 horas atrás



Apesar do risco de alta da inflação no curto prazo provocado pelo conflito no Oriente Médio, o Comitê de Política Monetária (Copom) optou por unanimidade pelo corte de 0,25 ponto percentual (p.p.) na taxa Selic, levando-a a 14,5%. A decisão se baseia na projeção de inflação dentro do horizonte relevante, que se estende ao quarto trimestre de 2027. Até lá, o Banco Central projeta que o choque externo irá se dissipar, permitindo o recuo da inflação para 3,5%.

O cenário, contudo, expõe os limites e desafios da política monetária. A inflação que afeta o Brasil neste momento é um fenômeno multifatorial e a manutenção de taxas elevadas é incapaz de segurar o repasse de um choque nos combustíveis. “Pouco vai adiantar a taxa de juros estar em 14% ou 15%”, aponta Rodolpho Sartori, economista da Austin Rating, destacando a natureza exógena da pressão nos preços.

Segundo Sartori, o preço da gasolina não será aliviado com uma Selic tão alta, e a manutenção do patamar focada apenas no controle de preços seria ineficiente diante de uma atividade econômica que já vem de um ritmo de forte desaceleração (de 3,7% em 12 meses — no ano passado — para cerca de 2% atualmente).

Para Caio Megale, economista da XP, o comunicado mostrou que a calibração menor ou mais lenta vem se tornando a mais provável, já que o cenário inflacionário pode piorar à frente.

Juros restritivos afetam setores

A avaliação de representantes setoriais aponta que o diagnóstico mostra um juro alto operando menos como âncora eficiente e mais como uma ameaça à saúde corporativa. Para Sartori, o quadro exige parcimônia para evitar a asfixia financeira das companhias. “O cenário está muito perigoso, não só pela desaceleração, que está chegando e era esperado que chegasse, mas porque tem empresa convivendo com 15% há mais de 1 ano”.

Cortar os juros pouco a pouco, na sua visão, é essencial para viabilizar algum espaço de respiro e melhora no balanço dessas empresas.

A avaliação é endossada por João Kepler, CEO da Equity Group. O executivo entende que o corte de juros no Brasil mostra que “o ciclo começa a virar”. Para ele, o ambiente já se mostra mais favorável e tende a reduzir o custo de capital e reativar o apetite por investimento, com impacto positivo sobre crédito, consumo e atividade ao longo do tempo.

Fábio Murad, sócio e fundador da Ipê Avaliações, corrobora a tese, acrescentando que no aspecto econômico há um “estímulo ao consumo e à recuperação da atividade”.

Felipe Queiroz, economista-chefe da Associação Paulista de Supermercados (Apas), afirma que a pressão não é de demanda, mas de oferta gerada pela conjuntura internacional, defendendo o fomento da cadeia doméstica.

Neste contexto, o ambiente de negócios segue restrito e o peso maior recai sobre segmentos dependentes de financiamento pesado, como o mercado imobiliário, segundo André Zalzman, CEO do Leilão Eletrônico, e sobre a liquidez de pequenos negócios, já que o custo de crédito sufoca o capital de giro das PMEs, alerta Thiago Aor, CFO da Cora.

Entidades como a Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC) e a Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (FIEMG) cobram um equilíbrio que evite a desindustrialização. Já a FecomercioSP defende que, sem um ajuste fiscal consistente, o BC não tem margem alguma para cortes mais profundos sem explodir os preços.

Sérgio Samuel dos Santos, economista do Sistema Ailos, que reúne 14 cooperativas de crédito, afirma que o período prolongado de manutenção da Selic alta faz com que esses cortes não estimulem a economia. “É apenas um ajuste no grau de contração da política monetária”, diz.

Gustavo Assis, CEO da Asset Bank, viu no corte uma sinalização de que o ciclo “começa a entrar em uma fase mais construtiva”. Ele avalia que, para a economia, o efeito tende a ser gradual, com melhora nas condições de crédito, estímulo ao consumo e retomada mais consistente da atividade ao longo do tempo. Porém, André Matos, CEO da MA7 Negócios, vê que a transmissão de um corte nessa magnitude é lenta, porque os juros reais seguem muito elevados.

Projeções: pausa entra no radar

Com os efeitos do cenário externo se agravando, o “plano de voo” do BC indica uma “recalibração gradual” para ganhar tempo, como classifica Ian Lima, da Inter Asset. O mercado reage com cautela e aumenta significativamente o alerta para uma interrupção do afrouxamento monetário. O conflito no Oriente Médio e a alta do petróleo, como lembram Kepler e Murad, podem reverter parte do alívio inflacionário e desacelerar o ritmo de cortes, exigindo uma estratégia equilibrada e de longo prazo das companhias.

Para José Faria Júnior, da Wagner Investimentos (WIA), a desancoragem deveria forçar o Copom a pausar imediatamente, dado que a projeção de 4% nos preços se afasta perigosamente da meta de 3%. O Itaú, que manteve a previsão de corte de 0,25 p.p. em junho, admite que o comunicado apontou “desconforto” e sinaliza a possibilidade de revisar o cenário após a publicação da ata na semana que vem.

Gustavo Sung, economista-chefe da Suno Research, avalia que o Copom deixou a calibração dos juros em aberto. “O Banco Central foi claro ao sinalizar serenidade e cautela, e é com esses parâmetros que os próximos dados devem ser interpretados”, avalia.

Visões mais otimistas

As únicas exceções de otimismo ou manutenção de curso dependem da temporalidade da crise e do xadrez geopolítico. Carlos Lopes, economista do banco BV, e Flávio Serrano, economista-chefe do Banco Bmg, mantêm a aposta em quedas consecutivas de 0,25 p.p., acreditando em um choque temporário.

A **Austin Rating** também se mantém na ponta mais positiva do mercado, projetando uma Selic terminal em 12,5% ao final de 2026, contra uma média que já aponta para os 13%. A casa espera que o IPCA feche o ano em 4,74%, com o PIB avançando 1,7%. Sartori lembra que, mesmo chegando a 12,5%, o juro real continuaria muito alto e restritivo, o que garante a atratividade da rentabilidade interna.

Claudia Moreno, economista do C6 Bank, projeta corte de 0,25 p.p., a depender dos dados, mesma avaliação de Bruno Perri, economista-chefe, estrategista de investimentos e co-fundador da Forum Investimentos.

Espaço para aceleração de cortes

Já Étore Sanchez, da Ativa Investimentos, projeta um agressivo corte de 0,50 p.p. para junho, apostando que o calendário eleitoral forçará Donald Trump a mitigar o conflito no Oriente Médio para melhorar sua aprovação doméstica.

Megale, da XP, também projeta cortes de 0,50 p.p. nas reuniões de junho e agosto, na medida em que as tensões geopolíticas forem se dissipando e o petróleo recuar para a faixa de US\$ 80 a US\$ 90, seguido por pausa para avaliação durante o período eleitoral.

Apesar dos possíveis cenários à frente, os economistas destacam que qualquer avaliação do Banco Central ocorrerá a partir dos dados macroeconômicos que irão se apresentar até a próxima reunião.

Próximas reuniões do Copom:

- 16 e 17 de junho;
- 4 e 5 de agosto;
- 15 e 16 de setembro;
- 3 e 4 de novembro;
- 8 e 9 de dezembro.